

Governo estuda nova desoneração de tributos

Eliane Oliveira e Henrique Gomes Batista

BRASÍLIA. O temor de que o Brasil viva uma recessão técnica no período entre outubro e março — com dois trimestres de retração da atividade econômica — pôs na pauta do governo novas medidas de desoneração tributária.

Com o apoio da classe empresarial, o Ministério do Desenvolvimento encaminhou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva proposta com três vertentes: isenção total de impostos e contribuições sobre bens de capital, redução de tributos incidentes nos bens de consumo duráveis — como geladeiras, televisores, outros produtos de linha branca e eletroeletrônicos — e o fim da incidência tributária sobre todas as exportações.

Essas medidas se somariam às que já estão sendo estudadas para a construção civil.

Este setor, que é destaque na geração de empregos, ajudará o país, segundo técnicos, a crescer cerca de 4% em 2009.

No entanto, o Ministério da Fazenda se opõe à ideia de novas desonerações. Alega falta de espaço fiscal devido à queda da arrecadação em novembro — já dada como certa também em dezembro.

Com a divisão, caberá ao presidente Lula bater o martelo.

Fontes da equipe econômica afirmam que o melhor seria não privilegiar setores específicos, tal como ocorreu com a indústria automobilística, beneficiada com redução do IPI e R\$ 4 bilhões para capital de giro. Alegam que, no momento, muitos segmentos precisam de ajuda. Além disso, temem distorções de preço, como ocorreu no mercado de carros usados após a desoneração do IPI.

Em princípio, a área econômica até concordaria apenas com a desoneração de bens de capital, pois isso significaria reduzir custos de investimentos.

O problema é que a queda da arrecadação dificulta uma posição flexível da Fazenda.

— A arrecadação não pode cair ainda mais — comentou uma fonte da Fazenda.

Alívio tributário manteria investimento e vagas

A arrecadação de impostos e contribuições em novembro somou R\$ 54,729 bilhões, 1,85% menor do que no mesmo mês de 2007, descontada a inflação. A razão desse desempenho foi a queda da produção e das vendas: o recuo foi de 5,2% no parque industrial e de 0,7% no comércio, segundo o IBGE.

A área desenvolvimentista do governo defende novas desonerações, argumentando que apenas vendendo mais as empresas terão condições de manter produção e empregos.

Incentivar o consumo é algo visto com simpatia por Lula, lembram os técnicos.

Quanto às exportações, uma fonte comentou que, embora a rigor não haja incidência de impostos, os tributos precisam ser recolhidos nas vendas externas. Somente em um segundo momento ocorre o ressarcimento, o que compromete o fluxo de caixa das empresas num momento de restrição severa de crédito.